

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Bruno Santos da Silva

**ANÁLISE DA EVIDENCIAÇÃO SOCIAL EM RELATOS INTEGRADOS
DE EMPRESAS DA B3 EM 2021**

Santa Maria, RS
2023

Bruno Santos da Silva

**ANÁLISE DA EVIDENCIAÇÃO SOCIAL EM RELATOS INTEGRADOS DE
EMPRESAS DA B3 EM 2021**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Ciências Contábeis, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para a obtenção do título de **Bacharel em Ciências Contábeis**.

Orientador: Prof. Dr. José Alexandre Magrini Pigatto


Santa Maria, RS
2023

Bruno Santos da Silva

ANÁLISE DA EVIDENCIAÇÃO SOCIAL EM RELATOS INTEGRADOS DE EMPRESAS DA B3 EM 2021

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS), como requisito parcial para obtenção de grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovado em 29 de Novembro de 2023.


Documento assinado digitalmente
 JOSE ALEXANDRE MAGRINI PIGATTO
Data: 15/12/2023 18:15:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Jose Alexandre Magrini Pigatto, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

OTILIA DENISE JESUS
RIBEIRO
ANCELES:71741780063

Assinado de forma digital por OTILIA
DENISE JESUS RIBEIRO
ANCELES:71741780063
Dados: 2023.12.15 19:40:56 -03'00'

Otilia Denise Jesus Ribeiro Anceles Dra. (UFSM)

Documento assinado digitalmente
 LARISSA DEGENHART
Data: 17/12/2023 17:01:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Larissa Degenhart Dra. (UFSM)

Santa Maria, RS
2023

AGRADECIMENTOS

À Deus em nome de Jesus Cristo pela bênção de poder concluir uma graduação e que até aqui me ajudou nessa caminhada.

À Universidade Federal de Santa Maria pela oportunidade de estar nesta instituição ao qual me proporcionou adquirir conhecimento e me desenvolver profissionalmente.

Aos meus pais pela educação e por me incentivarem a realizar meus sonhos e ser feliz com minhas escolhas.

A todos os professores pela dedicação, pelo empenho, pelo esforço e pelo tempo que me proporcionaram conhecê-los como pessoas e como grandes profissionais.

Ao meu orientador professor Pigatto, pelo tempo também dedicado especialmente no trabalho proposto, pela atenção e por dividir conhecimentos e experiências em todo esse período.

“Ora, Àquele que é poderoso para fazer tudo muito mais abundantemente além daquilo que pedimos ou pensamos, segundo o poder que em nós opera.”

(Efésios 3.20)

RESUMO

ANÁLISE DA EVIDENCIAÇÃO SOCIAL EM RELATOS INTEGRADOS DE EMPRESAS DA B3 EM 2021

AUTOR: BRUNO SANTOS DA SILVA
ORIENTADOR: JOSE ALEXANDRE MAGRINI PIGATTO

O Relato Integrado (RI) é um documento abrangente que reúne informações financeiras e não financeiras, com foco principal na responsabilidade social corporativa. Este estudo analisa o padrão de divulgação nos Relatórios Integrados de empresas listadas na B3 durante o ano de 2021 das informações sociais em conformidade com a base dos padrões GRI da classe 400. O problema de pesquisa é abordado por técnicas mistas. Uma análise qualitativa de conteúdo foi conduzida a partir de 657 evidenciações de 43 empresas. Por sua vez, foram empregadas técnicas de análise lexicográfica clássica, criação de nuvens de palavras, classificação hierárquica descendente (CHD) e análise fatorial de correspondência para revelar os padrões de evidenciação. A CHD revelou três *clusters* de evidenciação social nos RI analisados: (1) empoderamento e desenvolvimento organizacional, (2) segurança e gerenciamento do risco e (3) responsabilidade laboral e ética. A evidenciação social voluntária nos Ris está focada principalmente em aspectos de saúde e segurança, capacitação e educação e na avaliação dos fornecedores. Se por um lado as empresas analisadas estão sujeitas ao poder compulsório de apresentação de informações para *stakeholders* poderosos como o governo, por outro, legitimam-se pelo compartilhamento voluntário dessa base de dados com outras partes interessadas, ao que tudo indica com pouco investimento marginal. A pesquisa contribui para a compreensão das escolhas e processo de comunicação de informações sócias nos RI e pode servir de *insight* para novos trabalhos correlatos.

Palavras-chave: Empresas brasileiras. Relato Integrado. Evidenciação Social.

ABSTRACT

ANALYSIS OF SOCIAL DISCLOSURE IN INTEGRATED REPORTS OF COMPANIES ON B3 IN 2021.

AUTHOR: BRUNO SANTOS DA SILVA
ADVISOR: JOSE ALEXANDRE MAGRINI PIGATTO

The Integrated Report (IR) is a comprehensive document that brings together financial and non-financial information, with a primary focus on corporate social responsibility. This study examines the disclosure patterns in the Integrated Reports of companies listed on B3 during the year 2021 regarding social information in accordance with the GRI standards of the 400 series. The research problem is addressed through mixed methods. A qualitative content analysis was conducted based on 657 disclosures from 43 companies. Classical lexicographic analysis techniques, word cloud creation, hierarchical descending classification (HDC), and correspondence factor analysis were employed to reveal disclosure patterns. HDC revealed three clusters of social disclosure in the analyzed IRs: (1) empowerment and organizational development, (2) safety and risk management, and (3) labor and ethical responsibility. Voluntary social disclosure in IRs is primarily focused on aspects of health and safety, training and education, and supplier assessment. While on one hand, the analyzed companies are subject to the compulsory power of providing information to powerful stakeholders such as the government, on the other hand, they legitimize themselves by voluntarily sharing this database with other stakeholders, apparently with little marginal investment. The research contributes to understanding the choices and communication process of social information in IRs and may provide insights for new related studies.

Keywords: Companies. Integrated Reporting. Social Disclosure.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Diferenças entre o RI e relatórios de sustentabilidade	30
Quadro 2 – Evidenciações GRI versus setores	38

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estatísticas da análise textual

39

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Diagrama de Zipf	40
Figura 2 – Mapa de Palavras do corpus textual	41
Figura 3 – Árvore de Similitude do <i>corpus</i> , sem configuração	43
Figura 4 – Árvore de Similitude do <i>corpus</i> , com configuração	44
Figura 5 – Classificação Hierárquica Descendente	45
Figura 6 – Análise Fatorial de Correspondência	47
Figura 7 – Análise Fatorial de Correspondência do <i>corpus</i> textual por variáveis	48

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.2 OBJETIVOS.....	13
1.2.1 Objetivo geral	13
1.2.2 Objetivos específicos	13
1.3 JUSTIFICATIVA	14
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	15
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
2.1 EVIDENCIAÇÃO NÃO FINANCEIRA	16
2.3 RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE.....	20
2.4 RELATO INTEGRADO	21
2.4.1 Conceitos fundamentais	22
2.4.2 Os capitais	23
2.4.3 Princípios para elaboração do RI	25
2.4.4 Elementos de conteúdo do RI	28
2.4.5 Predomínio dos relatórios de sustentabilidade frente ao RI	30
2.5 TEORIA DA LEGITIMIDADE E DOS STAKEHOLDERS.....	31
2.5.1 Teoria da legitimidade	31
2.5.2 Teoria dos Stakeholders	32
3. METODOLOGIA	34
3.1 TIPO DE PESQUISA	34
3.2 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	35
3.3 COLETA DE DADOS	35
3.4 ANÁLISE DE DADOS	36
4. RESULTADOS	39
4.1 ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS	40
4.2 NUVEM DE PALAVRAS.....	42
4.3 ANÁLISE DE SIMILITUDE.....	43
4.4 CLASSIFICAÇÃO HIERÁRQUICA DESCENDENTE (CHD)	46
4.5 ANÁLISE FATORIAL DE CORRESPONDÊNCIA (AFC)	47
5 CONCLUSÕES	50
REFERÊNCIAS	52

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como foco a evidenciação social em relatos integrados de empresas listadas na B3 em 2021.

As evidenciações conforme as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI) desempenham um papel fundamental na transparência e responsabilidade das organizações, proporcionando uma visão holística de suas práticas de sustentabilidade. Ao adotar as normas GRI, as empresas têm a oportunidade de comunicar de maneira clara e estruturada seus impactos econômicos, ambientais e sociais. Isso não apenas atende às expectativas crescentes dos *stakeholders* em relação à prestação de contas, mas também permite que as empresas integrem estratégias de sustentabilidade em suas operações diárias, promovendo uma cultura de responsabilidade corporativa.

Dentro das normas GRI, a classe 400, com foco em tópicos sociais específicos, destaca-se como um componente vital na evidenciação social das organizações. Esta classe abrange uma gama diversificada de aspectos, desde a contratação e rotatividade de funcionários até benefícios e licenças. Em um cenário impactado recentemente pela pandemia de COVID-19, a importância dos aspectos sociais é ainda mais evidente, especialmente no que se refere à gestão do impacto nas equipes de trabalho. A divulgação detalhada dessas informações não apenas cumpre as normas GRI, mas também serve como indicador crítico da resiliência e responsabilidade das empresas diante de desafios sociais e econômicos, contribuindo para a construção de organizações mais sustentáveis e centradas em seus colaboradores.

A evidenciação social pode ser integrada no Relato Integrado (RI), que é um documento que combina informações financeiras e não financeiras com foco na responsabilidade social corporativa (RSC) (PEIXOTO; MARTINS, 2015). O RI se tornou relevante em um contexto global de preocupação com questões como mudanças climáticas, doenças, proteção ambiental e desenvolvimento sustentável. O *International Integrated Reporting Council* (IIRC) lidera a promoção do RI em uma aliança global entre reguladores, investidores, empresas e organizações não governamentais.

O próprio IIRC define o RI como um documento conciso que descreve como a estratégia, governança, desempenho e perspectivas de uma organização levam à geração de valor no curto, médio e longo prazo. O RI persegue uma comunicação corporativa eficaz que integre todos os elementos que influenciam a capacidade da organização em gerar valor ao longo do tempo (PEIXOTO; MARTINS, 2015).

Portanto, as empresas adotam cada vez mais a RSC para ganhar legitimidade perante as partes interessadas e o RI desempenha um papel fundamental na comunicação das ações voltadas para o desenvolvimento sustentável e no alinhamento dos interesses de todos os *stakeholders*.

Dado esse cenário, a pesquisa visa avaliar como as empresas brasileiras incorporam padrões de evidenciação social em seus RI. A pesquisa pretende responder a questões relevantes sobre a lógica de evidenciação social, explorando o potencial do relato integrado para aprimorar a comunicação e legitimação das empresas perante seus *stakeholders*.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo principal deste estudo analisar o padrão de divulgação de informações sociais conforme estabelecido pela estrutura GRI da classe 400 nos Relatórios Integrados de empresas listadas na B3 durante o ano de 2021.

1.2.2 Objetivos específicos

Com base no objetivo geral, foram delineados os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar padrões de evidenciação a partir da análise lexicográfica relacionada às questões sociais das empresas;
- b) Verificar se há dependência entre setores econômicos e padrões GRI específicos da classe 400;

- c) Identificar os GRI da classe 400 que predominam na evidência social nos relatos integrados da amostra analisada.

1.3 JUSTIFICATIVA

No contexto da qualidade de vida humana contemporânea, a preocupação global com o meio ambiente tornou-se um eixo central. Fiorillo (2019) destaca que o meio ambiente é crucial na vida das pessoas, não apenas como uma norma moral, mas como um dever. O desenvolvimento sustentável, portanto, deve equilibrar a preservação ambiental com o estímulo ao progresso socioeconômico, garantindo que as necessidades da geração presente sejam atendidas sem comprometer a capacidade das gerações futuras.

Diante desse panorama, é essencial repensar as práticas humanas e seus efeitos sobre o ambiente natural, especialmente no que diz respeito à conservação da vida e da biodiversidade. Nesse sentido, torna-se necessário adotar formas de prestação de contas que transcendam o aspecto financeiro e considerem múltiplos fatores (SIRVINSKAS, 2018; TRENNEPOHL, 2018).

As normas GRI, emanadas da Iniciativa Global de Relatórios (*Global Reporting Initiative*), surgem como diretrizes cruciais para as empresas. Publicadas no último trimestre de 2016, essas normas proporcionam um framework para facilitar a elaboração de relatórios de sustentabilidade. Em 2017, muitas empresas na Indonésia já as adotaram como guias para seus relatórios de sustentabilidade (NURHIDAYA; MEUTIA; UZLIAWATI, 2022).

Conforme delineado pela GRI, o relatório de sustentabilidade compreende três seções principais. A divulgação geral aborda dados relevantes sobre os métodos de relato de sustentabilidade, enquanto a estratégia de gestão revela detalhes sobre como a empresa lida com questões importantes. O relato específico por tópico visa informar sobre os impactos organizacionais.

Os tópicos específicos que as empresas devem divulgar, de acordo com o padrão GRI, incluem aspectos econômicos, ambientais e sociais, cada um com seus próprios aspectos principais e subaspectos. A liberdade de escolher tópicos com base no nível de materialidade confere flexibilidade às empresas.

Na atual era da pós-pandemia de COVID-19, o aspecto social ganhou uma importância crucial. O contexto social da empresa, centrado nos funcionários, está

intrinsecamente ligado ao desempenho operacional. A disseminação da COVID-19 teve um impacto notável na rotatividade de funcionários. A aderência às normas GRI na divulgação de tópicos sociais específicos torna-se um indicador da capacidade da empresa em conduzir seus negócios diante das taxas de rotatividade de funcionários. As categorias sociais padrão GRI estão detalhadas em uma série de 400 divulgações específicas por tópico.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho está estruturado em cinco capítulos, iniciando-se com a introdução. Na sequência, aborda-se o referencial teórico, seguido por um capítulo dedicado à metodologia empregada na pesquisa. Os resultados obtidos são apresentados em um capítulo específico, e, por fim, o último capítulo destina-se às conclusões do estudo. Essa organização visa proporcionar uma compreensão clara e progressiva do desenvolvimento da pesquisa, guiando o leitor desde os fundamentos teóricos até as conclusões geradas pela pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Antes da introdução da divulgação por meio do relato integrado, é plausível que algum tipo de abordagem integrada já estivesse incorporada na cultura, leis, regulamentações ou práticas de gestão em diversas jurisdições ao redor do mundo (GUTHRIE; MARTIN-SARDESAI, 2020). No entanto, a transparência das empresas teve início com a publicação de suas demonstrações contábeis o que, ao longo do tempo, evoluiu para a busca pela comparabilidade de informações por meio da convergência a padrões globais. Por fim, após a convergência de informações contábeis surge a busca por padrões de evidenciação não financeira das empresas.

2.1 EVIDENCIAÇÃO NÃO FINANCEIRA

Nesta seção demonstra-se a busca por padrões de evidenciação não financeira por diferentes atores até a sua consolidação recente em um único órgão internacional onde o relato integrado tem papel central.

A primeira forma de divulgação de informações corporativas, que também é de caráter obrigatório, refere-se às prestações de contas financeiras. O movimento global em direção à padronização das regras contábeis foi liderado pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), responsável pelo desenvolvimento das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). Essas normas foram prontamente adotadas em jurisdições como Austrália, Canadá e União Europeia (GUTHRIE; MARTIN-SARDESAI, 2020).

A contabilidade social e ambiental (CSA) representa um processo de contabilização dos impactos sociais e ambientais resultantes das ações das organizações, destinado a determinados grupos de partes interessadas na sociedade e à sociedade como um todo (GUTHRIE; MARTIN-SARDESAI, 2020). A CSA abrange uma ampla gama de tópicos que podem ser subdivididos em áreas mais específicas. Ao adotar uma abordagem holística da sustentabilidade, considerando as perspectivas econômica, social e ambiental, a norma ISO 26000 de 2010, por exemplo, propõe sete áreas para a análise da CSA: governança organizacional, direitos humanos, práticas trabalhistas, meio ambiente, práticas legais de operação, questões relacionadas ao consumidor e envolvimento comunitário e desenvolvimento (INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION, 2010). A

contabilidade convencional, que se concentra nos aspectos econômicos e financeiros, proporciona uma visão limitada da interação entre a sociedade e as organizações, restringindo assim o escopo contábil.

A CSA, por sua vez, aponta para o fato de que as organizações influenciam seu ambiente externo (às vezes positivamente e em outras, negativamente) por meio de suas ações e que devem, portanto, contabilizar esses efeitos como parte de suas rotinas e relatórios (GUTHRIE; PARKER, 1989). A CSA pode fornecer relatórios alternativos frente às demandas externas e, ao mesmo tempo, ser orientada à controladoria, tendo como objetivo apoiar e facilitar a realização dos diferentes objetivos organizacionais (FARNETI; GUTHRIE, 2009). A CSA providencia o relato da atividade organizacional com destaque para o comportamento socialmente apropriado e determinação dos destinatários da responsabilidade e desempenho social e ambiental da organização de modo a legitimar sua ação. As formas modernas de CSA geraram grande interesse pela primeira vez na década de 1970. Seus conceitos receberam a atenção de órgãos de contabilidade profissionais e acadêmicos (por exemplo, da *American Accounting Association* e do *American Institute of Certified Public Accountants*).

Nesse cenário, o ponto de partida para a divulgação corporativa voluntária sobre sustentabilidade remonta ao incidente do derramamento de óleo pelo navio petroleiro Exxon Valdez no Alasca, em 24 de março de 1989. A partir desse evento, uma coalizão formada por fundos de investimento socialmente responsáveis e grupos ambientais passou a demandar uma maior transparência em relação aos riscos ambientais corporativos. Paralelamente, em 1989, profissionais do campo de investimento social estabeleceram a Coalizão para Economias Ambientalmente Responsáveis (CERES). Essa coalizão apresentou os "Princípios Valdez", um conjunto de dez princípios abrangendo desde conceitos ambientais gerais até divulgações específicas (RUPLEY; BROWN; MARSHALL, 2017).

A conscientização e o interesse nas dimensões social, ecológica e ambiental ganharam destaque no campo da contabilidade a partir da década de 1990, consolidando a concepção de uma contabilidade social e ambiental. Em 1997, a CERES lançou a *Global Reporting Initiative* (GRI) em Boston, nos Estados Unidos, com o objetivo de integrar e unificar os padrões de relatórios econômicos, de governança e de responsabilidade social corporativa em uma única estrutura de relatórios de sustentabilidade. A fundação da GRI foi motivada por protestos públicos

relacionados aos danos ambientais resultantes do derramamento de óleo Exxon Valdez (CIRINO; CIRINO, 2021).

Em 2002, a CERES revisou seus padrões, alinhando-os aos principais acordos internacionais de sustentabilidade e incorporando definições e indicadores mais específicos, com ênfase em verificação e garantias (*assurance*). A criação da GRI foi impulsionada pela demanda externa por informações sobre o desempenho e impacto ambiental, social e econômico, além das inconsistências e falta de comparabilidade nos relatórios ao longo do tempo e em relação a outras empresas, bem como pela diversidade internacional de estruturas e diretrizes para evidenciação de informações de sustentabilidade (ZARO, 2015).

O ativismo dos investidores institucionais, co-patrocinado por várias empresas de gestão de ativos, passou a focar nas resoluções dos acionistas, exigindo que corporações, incluindo grandes multinacionais como Microsoft, IBM e Pepsi, apresentassem relatórios de acordo com as diretrizes da GRI (RUPLEY; BROWN; MARSHALL, 2017).

Em 2004, o Príncipe de Gales, atual Rei Charles III, estabeleceu o *Accounting for Sustainability* (A4S) com três objetivos principais: inspirar líderes financeiros a adotarem modelos de negócio sustentáveis e resilientes; transformar o processo de tomada de decisões financeiras para permitir uma abordagem integrativa que reflita os riscos e oportunidades relacionados a questões sociais e ambientais; e empreender ações nas finanças globais e na comunidade contábil. Para alcançar esses objetivos, o A4S colaborou com diversas redes, incluindo lideranças de *Chief Financial Officers* (CFO), proprietários de ativos e comitês de normatização contábil (A4S, 2021). A busca por uma estrutura global para a regulação da contabilidade para a sustentabilidade deu origem ao *International Integrated Reporting Council* (IIRC) que foi formado a partir da união de esforços do projeto do Príncipe de Gales para a Sustentabilidade (A4S) e da *Global Reporting Initiative* (GRI). Esse conselho teve por objetivo criar uma estrutura que reunisse informações financeiras, ambientais, sociais e de governança em um formato claro, conciso, consistente e comparável – em síntese, em um formato “integrado” (KASSAI; CARVALHO, 2013).

Quase simultaneamente, o *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB) foi estabelecido nos Estados Unidos com o propósito de orientar empresas de diversos setores registradas na *Securities Exchange Commission* (SEC) sobre a divulgação de sustentabilidade por meio de relatórios. Uma característica distintiva do

SASB, além de sua aplicação restrita aos Estados Unidos e empresas com ações listadas lá, foi o reconhecimento de que uma orientação genérica não seria adequada para os 79 setores abrangidos por ele. Por essa razão, o SASB desenvolveu orientações específicas para riscos e oportunidades de cada setor. Dado que a SEC exigia que as empresas divulgassem riscos materiais relacionados às informações financeiras, o SASB identificou uma gama mais ampla de questões "sustentáveis" que representassem potenciais riscos financeiros, compreensíveis apenas por meio da análise de informações não financeiras (SASB, 2021).

Outra iniciativa importante foi o surgimento do *Climate Disclosure Standards Board* (CDSB) durante uma reunião do Fórum Econômico Mundial em Davos, Suíça, em 2007. O CDSB, um consórcio internacional composto por empresas e organizações não governamentais ambientais, tinha como objetivo criar uma estrutura amplamente aceita para relatórios corporativos de riscos climáticos.

Em 2013, a *International Integrated Reporting Council* (IIRC) lançou uma minuta sobre o Relato Integrado. Mais de 100 empresas em todo o mundo participaram do projeto piloto de teste da estrutura conceitual (KASSAI; CARVALHO, 2013). Após mais de 10 anos, cerca de 2.500 empresas em 75 países elaboraram algum tipo de relatório integrado. O IIRC previa que o Relato Integrado representaria o futuro dos relatórios corporativos e se tornaria o padrão para esses relatórios (FOUNDATION, 2021). A estrutura de Relato Integrado parte da premissa de que o valor de uma organização é determinado por diversos fatores. Alguns desses fatores são financeiros e são evidenciados nas demonstrações contábeis, enquanto outros, como o capital intelectual, os riscos ambientais e a segurança energética, não o são.

Finalmente, em 21 de junho de 2021, o IIRC e o SASB anunciaram sua fusão, dando origem à *Value Reporting Foundation*. Essa fusão concretizou a convergência dos padrões de contabilidade de sustentabilidade com a estrutura de Relato Integrado. Ao desenvolver métricas contábeis para seus tópicos de divulgação, o SASB levou em consideração o corpo existente de padrões de relatórios e prescreveu a utilização de métricas já em uso pela indústria, provenientes de mais de 200 entidades, como WHO, CDP, EPA, OSHA e organizações associativas de diversas indústrias, incluindo ICAO, IPIECA, EPRI e GRESB. O alinhamento dos padrões SASB com os padrões de relatórios existentes visava proporcionar economia de custos adicionais e maior comparabilidade internacional (A4S, 2021).

No entanto, em 3 de novembro de 2021, durante a COP 26, os IFRS *Foundation Trustees* estabeleceram o *International Sustainability Standards Board* (ISSB) por meio da fusão da VRF com o *Climate Disclosure Standards Board* (CDSB). Essa integração de iniciativas fortaleceu as demandas globais por relatórios voltados para múltiplos *stakeholders* e manteve o Relato Integrado como uma das estruturas com potencial de adoção para evidenciação da sustentabilidade e geração de valor.

2.3 RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE

De um modo geral, os relatórios de sustentabilidade atendem a um espectro amplo de *stakeholders* e comunicam os impactos organizacionais na economia, no meio ambiente e na sociedade. Nas empresas, as definições de sustentabilidade procuram resumir e integrar o conceito de viabilidade econômica com responsabilidade ecológica, juntamente com justiça social, no que pode ser chamado de *Triple Bottom Line* (TBL ou 3BL) sendo as três vertentes para uma governança social responsável (KUSSABA, 2015; LEAL, 2019).

A adoção de práticas ambientais, sociais e de governança conhecidas pelo acrônimo ESG (*Environmental, Social and Governance*) contribui positivamente para o fortalecimento da entidade diante de riscos futuros e ameaças do ambiente (CAVALCANTI, 2023). A sustentabilidade abrange em uma visão restrita, desde a geração de lucro pelos empresários, até a implantação de ações sustentáveis no plano de negócios, sob a ótica mais abrangente (CIRINO; CIRINO, 2021).

O Relatório de Sustentabilidade é um instrumento utilizado para demonstrar informações de natureza sustentável das organizações, ou seja, as informações referentes aos temas ambientais, econômicos e sociais. No relatório deve conter dados quanto ao seu desempenho sustentável, de forma equilibrada e razoável, deixando transparente o seu comprometimento, em consonância com as estratégias adotadas para atingir seus objetivos nesse âmbito (KUSSABA, 2015; CIRINO; CIRINO, 2021).

Um modelo para elaboração do relatório de sustentabilidade bastante adotado por companhias é o da GRI, em que oferece a possibilidade de adoção de padrões globais para construção do relatório, sendo muito apreciada por investidores e considerada uma ferramenta essencial para companhias que negociam seus títulos no mercado mundial (CIRINO; CIRINO, 2021). Como vimos na seção anterior, o GRI

é uma das principais entidades globais responsáveis pela estrutura dos relatórios de sustentabilidade. Sua atuação fornece subsídios para a transparência organizacional por meio de diretrizes e promove o estabelecimento de princípios e indicadores para que as organizações possam medir e evidenciar os desempenhos econômico, ambiental e social (SILVA; SANTOS; SANTOS, 2019).

As empresas não são obrigadas a adotarem os padrões GRI em seus relatórios. Contudo, quando a organização escolhe aderir a esses padrões, torna-se obrigatória a divulgação em conformidade com suas regras (CIRINO; CIRINO 2021). O GRI funciona como referencial para a elaboração dos relatórios de sustentabilidade. Ao contrário de índices de sustentabilidade que o antecederam, o GRI propôs um processo de evidenciação auditado que garante credibilidade aos relatórios (CAVALCANTI, 2023).

Os padrões de evidenciação do GRI sustentam um relato de sustentabilidade fundamentado em normas universais e específicas, sendo utilizadas pelas organizações nos relatos de seus impactos econômicos, ambientais e sociais, além de suas contribuições na busca do desenvolvimento sustentável. As evidenciações em conformidade com a GRI dividem-se entre padrões universais da série 100 e padrões específicos das séries 200, 300 e 400 (CIRINO; CIRINO, 2021)

Os princípios fornecidos pela GRI buscam garantir qualidade no relato de sustentabilidade, possuindo definição do conteúdo do relatório com inclusão dos *stakeholders*; contexto da sustentabilidade; materialidade; completude e, princípios para definição da qualidade do relatório tais como, exatidão; equilíbrio; clareza; comparabilidade; confiabilidade; tempestividade (GRI 101; KUSSABA, 2015). Em 2020 foi publicado pelo *Global Sustainability Standards Board* (GSSB) um Glossário das Normas GRI para relato de sustentabilidade.

Rabelo Henrique et al. (2023) argumentam que os padrões GRI criam uma linguagem comum e global direcionada às organizações, no sentido de relatarem seus impactos ambientais, econômicos e sociais. Através da disponibilização de padrões globais para relatórios de impacto, os chamados padrões GRI, eles possibilitam que empresas comunique às partes interessadas, a responsabilidade por seus impactos usando uma linguagem comum global.

2.4 RELATO INTEGRADO

2.4.1 Conceitos fundamentais

A proposta do relato integrado visa possibilitar uma visão mais coesa e eficiente no processo de relatos corporativos, dispondo de uma melhor qualidade nas informações. O RI deveria evidenciar a transformação e destinação de diferentes capitais da instituição de maneira clara. Assim, diferente de outros relatórios, o RI ajuda a mapear a busca de valor no curto, médio e longo prazo (IIRC, 2013).

O relato integrado se diferencia de um relatório de sustentabilidade, a partir do seu público alvo e seu objetivo. Os relatórios de sustentabilidade direcionam-se para um público-alvo mais amplo do que o relato integrado, que se concentra, principalmente, nos provedores do capital financeiro. Se, por um lado, um relatório de sustentabilidade enfoca os impactos no ambiente, na sociedade e na economia, por outro, o relato integrado aborda os efeitos dos capitais sobre a criação de valor ao longo do tempo (SOSA, 2017).

A estrutura de relato integrado adota três “dimensões” principais para orientar as organizações na elaboração de relatórios integrados, que visam, sempre que possível, substituir relatórios anuais, de sustentabilidade e quaisquer outros relatórios corporativos publicamente disponíveis para *stakeholders* não reguladores, e esses aspectos regem o contexto do relatório integrado (IIRC, 2011). A primeira dimensão é composta por seis “capitais”, a segunda é de nove “elementos de conteúdo” e a terceira é de sete “princípios orientadores”.

O RI é diferente das demonstrações financeiras e relatórios de RSC de várias maneiras. Em vez de relatórios de RSC isolados, o RI integra aspectos financeiros, econômicos, de governança e sociais de uma empresa. O RI tem foco em múltiplos *stakeholders* e fornece mais relatórios sobre as perspectivas futuras da empresa, com discussão estratégica conectando o passado ao futuro. Além da entrada e saída de recursos financeiros, o RI considera os recursos, incluindo objetos manufaturados disponíveis para a produção de bens ou prestação de serviços (por exemplo, infraestrutura), capital humano (por exemplo, habilidades e experiências dos funcionários), capital intelectual (por exemplo, intangíveis proporcionando vantagens competitivas), capital natural (por exemplo, água, terra, ecossistemas) e capital social (por exemplo, relacionamentos importantes, fidelidade do cliente, fornecedores e parceiros) (RUPLEY; BROWN; MARSHALL, 2017).

De acordo com Almeida et al. (2013) existe uma dúvida semântica recorrente nas discussões sobre comunicação corporativa em função da emergência do relato integrado. Para esclarecer, os autores informam que se a rotina de comunicação for de fato alterada isso impactará o seu processo de relato, mas, se houver alteração apenas no instrumento ter-se-á meramente mais um relatório a ser apresentado.

O objetivo principal de um relatório integrado é explicar aos provedores de capital financeiro como uma organização gera valor ao longo do tempo. Um relatório integrado beneficia todas as partes que estejam interessadas na capacidade que uma organização tem de gerar valor ao longo do tempo, incluindo empregados, clientes, fornecedores, parceiros comerciais, comunidades locais, legisladores, reguladores e formuladores de políticas (IIRC, 2013).

Segundo o IIRC (2013), o RI deve ser redigido de modo conciso, discorrendo sobre “como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas de uma organização, no contexto de seu ambiente externo, levam à geração de valor em curto, médio e longo prazo”.

A aderência das organizações às evidenciações compulsórias como, por exemplo, apresentação do relatório da administração, de gestão ou mesmo, o cumprimento de legislações de transparência pode ser efetuado com base na estrutura de RI, tornando tais evidenciações compulsórias parte do RI (IIRC, 2013).

2.4.2 Os capitais

No jargão do Relato Integrado, os capitais são fatores de valor que aumentam, diminuem ou se transformam por meio de atividades e produtos da organização. Além do capital financeiro, a estrutura conceitual traz conceitos de capital manufaturado, intelectual, humano, social e de relacionamento e natural (IIRC, 2013).

Os capitais referem-se aos recursos e relacionamentos usados e impactados pelas organizações. De acordo com a estrutura de RI, os Capitais representam estoques de valor usados como insumos pelas organizações e também estoques de valor produzidos pelas organizações por meio de seus modelos de negócios. Diferentes organizações podem colocar ênfases distintas na evidenciação de cada um dos seis capitais com base na natureza e necessidades do setor onde operam. Assim a comparabilidade de divulgações dos seis capitais entre organizações de setores diferentes pode ser problemática.

A taxonomia de seis capitais é referenciada pelo IIRC para que as organizações observem e enquadrem os principais insumos dos quais dependem ou que impactam de forma ampla. Contudo nem todos os capitais são igualmente relevantes para todas as organizações (ALMEIDA et al., 2013) e podem ser classificados como financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social e de relacionamento e natural embora organizações que elaboram um relatório integrado não sejam obrigadas a adotar esta classificação ou a estruturar seus relatórios conforme os tipos de capital (IIRC, 2013).

O capital financeiro é o conjunto de recursos que está disponível a uma organização para ser utilizado na produção de bens ou na prestação de serviços o é obtido por meio de financiamentos, tais como dívidas, ações ou subvenções, ou gerado por meio de investimentos (IIRC, 2013).

O capital manufaturado são os objetos físicos manufaturados (diferentes de objetos físicos naturais) disponíveis a uma organização para uso na produção de bens ou na prestação de serviços, incluindo prédios, equipamentos e infraestrutura. O capital manufaturado é, muitas vezes, gerado por outras organizações, mas inclui ativos fabricados pela organização relatora para venda, ou quando retidos, para uso próprio (IIRC, 2013).

Capital humano são as competências, habilidades e experiência das pessoas e suas motivações para inovar, incluindo: o seu alinhamento e apoio à estrutura de governança, ao gerenciamento de riscos e aos valores éticos e capacidade de entender, desenvolver e implementar a estratégia de uma organização o lealdade e motivação para melhorar processos, bens e serviços, incluindo a capacidade de liderar, gerenciar e colaborar (IIRC, 2013).

Capital social e de relacionamento são as instituições e os relacionamentos dentro e entre comunidades, grupos de partes interessadas e outras redes, e a capacidade de compartilhar informações para melhorar o bem-estar individual e coletivo. O capital social e de relacionamento abrange os padrões compartilhados, bem como valores e comportamentos comuns ou relacionamentos com as principais partes interessadas e a confiança e compromisso que uma organização (IIRC, 2013).

O capital intelectual é composto pelos intangíveis organizacionais baseados em conhecimento, entre eles a propriedade intelectual, tais como patentes, direitos autorais, *software*, direitos e licenças; o capital organizacional, tais como conhecimento tácito, sistemas, procedimentos e protocolos (IIRC, 2013).

O capital natural é representado por todos os recursos ambientais renováveis e não renováveis e processos ambientais que fornecem bens ou serviços que apoiem a prosperidade passada, presente e futura de uma organização tais como, água, terra, minerais e florestas, a biodiversidade e a qualidade do ecossistema (IIRC, 2013).

Nesse contexto, verifica-se que os capitais são fatores de valor no qual aumentam, diminuem ou alteram através das atividades e produtos da instituição, não permanecendo fixo ao longo do tempo (IIRC, 2013).

2.4.3 Princípios para elaboração do RI

Sete princípios orientadores foram desenvolvidos para apoiar as práticas de RI das organizações com o propósito de garantir a sua qualidade e obter transparência e comparabilidade entre diferentes organizações (LIU; JUBB; ABHAYAWANSA, 2018). O presidente do IIRC, Richard Howitt defendeu que os princípios orientadores sustentassem a introdução e elaboração do relato integrado, norteando o conteúdo e a forma de apresentação das informações. Assim, os princípios orientadores constituem a base para a elaboração de um RI, sendo peças fundamentais na sua produção. Os princípios orientadores são foco estratégico e orientação para o futuro; conectividade da informação; relações com partes interessadas; materialidade; concisão; confiabilidade e completude; e, por fim, coerência e comparabilidade (IIRC, 2013).

O primeiro princípio, foco e orientação para o futuro, significa que o RI deve estrategicamente gerar valor em curto, médio e longo prazo, descrevendo sobre a utilização e os impactos das seis capitais. Em outras palavras, o RI deve adotar um foco estratégico e uma orientação para o futuro, incluindo a clara articulação sobre como a disponibilidade, qualidade e acessibilidade contínuas de capitais significativos contribuem para a capacidade de uma organização de alcançar seus objetivos estratégicos no futuro e de gerar valor (IIRC, 2013).

O segundo princípio é o da conectividade da informação, tendo em vista que o RI deve se inter-relacionar com os fatores que atingem a capacidade da instituição de gerar valor a longo prazo. O RI conecta os elementos de conteúdo numa imagem completa que reflete as interações dinâmicas e sistêmicas das atividades da organização como um todo (IIRC, 2013). Por exemplo, o RI relaciona os tópicos de conteúdo para mostrar a íntegra das interações dinâmicas e sistêmicas das atividades da organização em conjunto. Ainda pode ser uma análise da alocação atual de

recursos e de como a organização combina recursos ou faz investimentos adicionais para alcançar o desempenho almejado ou também, a apresentação de informações sobre como a estratégia da organização está adaptada quando, por exemplo, são identificados novos riscos e oportunidades, ou o desempenho passado não ocorreu conforme o planejado.

A conectividade deve vincular a estratégia e o modelo de negócios da organização com as mudanças em seu ambiente externo, tais como aumentos ou reduções no ritmo das mudanças tecnológicas, expectativas da sociedade e escassez de recursos na medida em que seus limites são alcançados.

Uma análise feita pela organização de suas atividades passadas e presentes pode oferecer informações úteis para avaliar a razoabilidade do que foi relatado sobre o período em questão. A explicação do período do passado ao presente pode ser útil também para a análise das capacidades existentes e a qualidade da administração. A inclusão de KPIs como parte de uma explicação descritiva pode ser uma maneira eficaz de conectar informações quantitativas e qualitativas (IIRC, 2013).

A conectividade abrange as interdependências e *trade offs* entre os capitais e como as mudanças na disponibilidade, na qualidade e na acessibilidade deles afetam a capacidade de uma organização de gerar valor. Por exemplo, as informações financeiras podem apresentar as seguintes implicações: o crescimento de receita ou de participação esperados (“projetados”) em decorrência das políticas de pesquisa e desenvolvimento / *know how* ou investimento em capital humano adotadas. A redução de custos ou novas oportunidades de negócios em políticas ambientais, eficiência energética, cooperação com comunidades locais ou tecnologias para lidar com temas sociais o as receitas e o crescimento dos lucros em consequência de relações de longo prazo com clientes, da satisfação de clientes ou a reputação (IIRC, 2013).

O terceiro princípio trata das relações com partes interessadas, tendo em vista que um relatório integrado deve conceder uma visão da natureza e da qualidade das relações que a instituição mantém com seus principais *stakeholders*. O valor não é gerado somente por ou dentro da organização, e sim por meio das relações com outras partes interessadas. No entanto, o relatório integrado não necessariamente deve satisfazer as necessidades de informação de todas as partes interessadas (IIRC, 2013).

As partes interessadas ou *stakeholders* fornecem visões úteis sobre temas econômicos, ambientais e sociais que afetam a capacidade da organização de gerar

valor. Com isso a organização pode entender como as partes interessadas percebem valor; identificar tendências que, de forma geral, ainda não tenham atraído a atenção, mas cuja relevância seja crescente; identificar temas relevantes, incluindo riscos e oportunidades; desenvolver e avaliar estratégias; gerenciar riscos; implementar atividades, incluindo respostas estratégicas e prestação de contas dos temas materiais (IIRC, 2013).

O quarto princípio é o da materialidade e deve ser aplicado à luz da capacidade de uma organização de gerar valor em curto, médio e longo prazo. Temas relevantes são, portanto, aqueles que afetam ou podem afetar a capacidade de uma organização de gerar valor, sendo determinados ao se considerar seu efeito sobre estratégia, governança, desempenho ou perspectivas da organização (IIRC, 2013).

O processo de materialidade deve indicar os aspectos críticos para os quais a organização deverá apresentar uma análise consistente da sua importância, as ações e o desempenho relacionados, a contextualização sobre os riscos e oportunidades que o tema oferece ao negócio e sua estratégia para curto, médio e longo prazos (ALMEIDA et al., 2013).

A definição da materialidade envolve três etapas: a) identificação dos temas relevantes; b) avaliação da capacidade de influência desses assuntos na tomada de decisão; c) priorização dos assuntos identificados. Por se tratar de fatores diretamente associados à capacidade de geração de valor em longo prazo pela empresa, também devem permear a elaboração da materialidade: riscos e oportunidades, resultados favoráveis e desfavoráveis, influências no desempenho financeiro, operacional, social e ambiental, gestão de riscos e relacionamento com *stakeholders*, entre outros aspectos (ALMEIDA et al., 2013).

Os temas mais importantes são priorizados com base na sua magnitude. Esse processo ajuda a hierarquizar os temas mais importantes e determinar como eles são relatados. Contudo, pode ocorrer de que nem todos os temas relevantes sejam considerados materiais. Assim, para ser incluído em um relatório integrado, um tema também precisa ser suficientemente importante no que diz respeito a seu efeito conhecido ou potencial sobre a geração de valor. Esse aspecto envolve a avaliação da magnitude do efeito do tema, incerteza e probabilidade de ocorrência. A magnitude é avaliada quando o efeito do tema sobre a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas da organização têm o potencial de influenciar, de forma expressiva,

a geração de valor ao longo do tempo. Essa avaliação exige um julgamento por parte dos preparadores do RI e depende da natureza do tema em questão.

O quinto princípio é a concisão. Um RI deve ser conciso e não deve ser extenso. O sexto princípio orientador é a confiabilidade e completude. O relato integrado deve tratar de todos os temas importantes, de maneira equilibrada e sem erros materiais (IIRC, 2013).

Por fim, o sétimo e último princípio é a coerência e comparabilidade. De acordo com esse princípio, o relato integrado deve ser apresentado de forma coerente ao longo do tempo, permitindo confrontações com RIs de outras instituições (IIRC, 2013).

O conceito de valor tradicionalmente se associa à ideia de retorno financeiro. No entanto, o desempenho econômico depende de uma série de interações entre diferentes tipos de capital, bem como, os riscos e oportunidades traduzidos em perdas e ganhos, além dos relacionamentos e atividades da organização.

O relato integrado deveria evidenciar o valor agregado a partir de diferentes perspectivas de diferentes *stakeholders*. Nesse sentido, o retorno financeiro deve ser apresentado em conjunto com os efeitos sobre os demais capitais da organização (ALMEIDA et al., 2013). O valor agregado, portanto, decorre da ação organizacional com efeitos de aumento, redução ou transformação de e entre capitais com a geração de retornos financeiros que impactam diferentes *stakeholders* em momentos distintos.

2.4.4 Elementos de conteúdo do RI

Os elementos de conteúdo apresentam um guia para as informações incluídas nos relatórios integrados e estão vinculados entre si. A estrutura do RI do IIRC destaca nove elementos de conteúdo que são: visão geral organizacional e ambiente externo, governança, modelo de negócios, riscos e oportunidades, estratégia e alocação de recursos, desempenho, perspectiva, base de preparação e apresentação e orientação geral para relatórios (IIRC, 2013a, p. 13). As organizações deveriam utilizar esses elementos de conteúdo apresentando as suas conexões para explicar como criam valor. Ao fazer isso, o modelo de negócios é visto como o núcleo da organização e é considerado o primeiro e mais significativo elemento na avaliação de como uma organização conta sua história de criação de valor (LIU; JUBB; ABHAYAWANSA, 2018).

Cada um dos elementos trata de perguntas que devem ser respondidas (IIRC, 2013) no relato integrado da organização. Primeiramente, a visão geral organizacional e ambiente externo devem responder o que é a organização, o que faz e quais são as circunstâncias em que atua. Em relação a Governança, deve ser respondida a forma que a estrutura de governança da organização apoia sua capacidade de gerar valor em curto, médio e longo prazo?

Vale citar que, de acordo com IIRC (2013) os responsáveis pela governança da organização devem providenciar uma declaração com:

- o reconhecimento de sua responsabilidade por assegurar a integridade do relatório integrado;
- o reconhecimento de terem aplicado o pensamento coletivo na preparação e na apresentação do relatório integrado;
- sua opinião ou conclusão quanto ao fato apresentação do relatório integrado estar de acordo com a estrutura conceitual ou, se ele não contiver tal declaração, deve explicar:
 - papel desempenhado pelos responsáveis pela governança na preparação e na apresentação do relatório integrado;
 - as medidas que estão sendo tomadas para incluir tal declaração em relatórios futuros;
 - o prazo para fazê-lo, que não deverá ultrapassar o terceiro relatório integrado da organização que faça referência a estrutura de RI.

O terceiro elemento deve responder qual é o modelo de negócios de organização? O modelo de negócios da organização diz respeito aos processos que utilizam diversos capitais como inputs e, por meio de suas atividades os convertem em produtos, serviços, subprodutos e resíduos. As atividades e os produtos da organização geram efeitos sobre os capitais. A capacidade do modelo de negócios de se adaptar às mudanças, por exemplo, na disponibilidade, qualidade e acessibilidade dos inputs pode afetar a viabilidade da organização no longo prazo (IIRC, 2013).

O elemento dos riscos e oportunidades deve dizer quais são os riscos e oportunidades específicos que afetam a capacidade da organização de gerar valor no curto, médio e longo prazo, e como a organização lida com eles?

Em relação ao quinto elemento, estratégia e alocação de recursos, a questão gira em torno da posição na qual a organização objetiva e as formas para chegar até lá (IIRC, 2013).

O sexto elemento é o desempenho, que deve responder a seguinte pergunta: até que ponto a organização já alcançou seus objetivos estratégicos para o período e quais são os impactos no tocante aos efeitos sobre os capitais (IIRC, 2013)?

O elemento da perspectiva descreve como pergunta quais são os desafios e as incertezas que a organização provavelmente enfrentará ao perseguir sua estratégia e quais são as potenciais implicações para seu modelo de negócios e seu desempenho futuro (IIRC, 2013)?

Por fim, o último elemento é a base para apresentação, que deve responder como a organização determina os temas a serem incluídos no relatório integrado e como estes temas são quantificados ou avaliados (IIRC, 2013)?

2.4.5 Predomínio dos relatórios de sustentabilidade frente ao RI

O uso do RI não é excludente em relação ao relatório de sustentabilidade. Porém, o RI tem sido recomendado como o novo padrão de evidenciação não financeira. O Quadro 1 demonstra, as principais diferenças dos relatórios de sustentabilidade em relação ao relato integrado, ou seja, que aqueles não têm como usuário principal o provedor de capital e não enfatizam a geração de valor na sua estruturação.

Cavalcanti (2023) argumenta que o modelo de relatório proposto pelo GRI ainda é o padrão de evidenciação não financeira mais utilizado em todo o mundo. A tendência, no entanto, é que os padrões GRI sejam incorporados cada vez mais como base de preparação dos relatos integrados para transmitir os impactos, tanto positivos quanto negativos, da sustentabilidade, bem como, para influenciar a política, estratégia e operações das organizações.

Quadro 1 – Diferenças entre o RI e relatórios de sustentabilidade

	Relato Integrado	Relatório de Sustentabilidade
Objetivo	Explicar aos provedores de capital financeiro como o valor é criado ao longo do tempo	Comunicar os impactos, estratégias e metas sociais e ambientais mais amplos da entidade.
Audiência	Provedores de capital e outras partes interessadas na capacidade da organização criar valor	Multi-stakeholder
Escopo	Visão organizacional e ambiente externo Governança Modelo de negócios Riscos e oportunidades Estratégia e alocação de recursos Desempenho Perspectiva Bases de preparação e apresentação	Impactos significativos nas seguintes áreas de desempenho: Econômica Ambiental Social, inclusive práticas trabalhistas, direitos humanos e influências sociais mais amplas Governança

Fonte: *Integrated Reporting (2023)*.

2.5 TEORIA DA LEGITIMIDADE E DOS STAKEHOLDERS

2.5.1 Teoria da legitimidade

Guthrie e Parker (1989) propõem a utilização dessa teoria como base para explicar revelações voluntárias acerca dos impactos ambientais e sociais. Conforme essa abordagem, ao divulgar determinadas informações, as organizações proporcionam segurança aos seus *stakeholders* em relação ao desempenho do negócio, manifestando-se tanto em aspectos financeiros quanto não financeiros. A teoria da legitimidade postula que as organizações buscam operar em conformidade com os padrões e leis de sua sociedade.

O conceito de "legitimidade" pode ser conceituado como "uma percepção disseminada ou suposição de que as ações de uma entidade são desejáveis, apropriadas ou adequadas dentro de algum sistema socialmente construído de normas, valores, crenças e definições" (SUCHMAN, 1995). Assim, uma lacuna de legitimidade pode surgir se o desempenho das organizações não estiver alinhado com as expectativas das partes interessadas. Patten (1992) argumenta que um aumento na divulgação social em relatórios anuais pode ser uma tentativa de restaurar a

legitimidade, citando o acidente do derramamento de óleo pelo navio Exxon Valdez como um exemplo que respalda a teoria da legitimidade.

A legitimação se sustenta sobre pressões externas por meio de sistemas de medição de desempenho nas organizações. Esses arranjos levam em consideração uma avaliação dos seus *stakeholders* mais relevantes (HYBELS, 1995).

Algumas perspectivas buscam justificar a teoria de legitimação ao adotar novas práticas de divulgação voluntária não financeira. Por exemplo, a incorporação de relatórios de sustentabilidade serviria tanto aos usuários internos, aprimorando a gestão operacional, quanto aos usuários externos, fornecendo dados sustentáveis a clientes que exercem crescente pressão sobre a empresa em relação à preservação ambiental (CIRINO; CIRINO, 2021). De maneira similar, Cavalcati (2023) argumenta que a elaboração do Relatório Integrado em harmonia com a implementação de práticas ESG teria o potencial de conferir maior estabilidade à entidade, apresentando de forma concreta as operações aos usuários dessas informações, proporcionando maior confiança na sustentabilidade do negócio.

2.5.2 Teoria dos Stakeholders

O termo *stakeholder* surgiu nos anos 1960 em um memorando interno do *Stanford Research Institute* (MITCHELL et al. 1997). Na década de 1980, o termo *stakeholders* foi definido pelo filósofo norte-americano Robert Edward Freeman, classificando-os como grupos ou indivíduos que podem afetar ou são afetados pelas ações de uma empresa ou organização (HANASHIRO, et al. 2008; HEINZEN, et al. 2013). A partir de então a consideração dos *stakeholders* foi associada ao desempenho das organizações (MITCHELL et al. 1997).

Stakeholders envolvem partes interessadas, físicas ou jurídicas, que afetam e são afetados pela organização (HARRISON, 2005; HANASHIRO; TEIXEIRA; ZACCARELI, 2008), tais como clientes, colaboradores, acionistas, fornecedores, distribuidores, imprensa, governo, comunidade, entre outros, sendo capazes de afetar os objetivos desta. Essa definição é similar à do GRI que engloba organizações ou indivíduos que podem ser significativamente afetados pelas atividades, por produtos e serviços da parte relatora ou cujas ações podem afetar a capacidade da organização de implementar suas estratégias e atingir seus objetivos.

A definição dos *stakeholders* da organização no relato integrado determina a materialidade dos seus elementos, o desenho do modelo de negócios e dos fluxos de criação de valor. Phillips, Freeman e Wicks (2003) comentam que a teoria das partes interessadas ou *stakeholders* descreve a moral e os valores da gestão das organizações, focando na atenção e nos interesses de todos os envolvidos e excedendo, portanto, o aspecto de maximização de lucros para os acionistas. A teoria dos *stakeholders* seria então tanto uma teoria de gestão organizacional quanto ética. Donaldson e Preston (2010) descrevem o alcance da teoria dos *stakeholders* ao longo de três dimensões, ou seja, a descritiva, a instrumental e a normativa.

3. METODOLOGIA

Neste capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos adotados no decorrer da pesquisa. A exposição tem como finalidade elucidar como foi realizado o levantamento e a descrição das práticas de evidenciação social (padrões GRI 400) nos RI de empresas listadas na B3 durante o ano de 2021.

3.1 TIPO DE PESQUISA

Nesta pesquisa, empregou-se a análise de dados documentais secundários, com descrição de padrões informacionais gerados por meio de técnicas quantitativas. Essa abordagem integrada visou capturar a complexidade da evidenciação de informações sociais em RIs. Por meio da combinação de métodos quantitativos e qualitativos, a pesquisa visou alcançar uma compreensão holística, contribuindo para o avanço do conhecimento da divulgação não financeira das empresas brasileiras durante o ano de 2021.

O trabalho se apresenta como uma pesquisa aplicada, ou seja, caracteriza-se pelo seu interesse na utilização, aplicação e consequências práticas dos conhecimentos (GIL, 2008).

De acordo com seus objetivos, esta pesquisa é descritiva, pois enumera características de uma amostra de relatos integrados. Neste sentido, busca-se mapear uma determinada realidade de evidenciação não financeira e os resultados obtidos podem servir de base para outras pesquisas (TRIVIÑOS, 1987).

A pesquisa é classificada como mista em relação abordagem metodológica do problema (CRESWELL, 2003). Por um lado, emprega o método quantitativo, que se caracteriza pelo emprego da quantificação, tanto na coleta quanto no tratamento de informações por meio de técnicas estatísticas. Por outro lado, adota o método qualitativo por não empregar um instrumental estatístico como base do processo de análise de um problema (RICHARDSON et al., 2012). Métodos mistos representam uma estratégia de pesquisa que capitaliza tanto as abordagens quantitativas quanto as qualitativas, visando enriquecer a compreensão do fenômeno em estudo. Técnicas, métodos e conceitos são integrados enfatizando a sinergia entre as dimensões quantitativa e qualitativa em um único projeto de pesquisa (PARANHOS et al, 2016).

A análise de dados documentais secundários foi seguida de uma análise de conteúdo com codificação manual e processamento por meio de ferramenta computacional específica com o objetivo de descrever a evidenciação social dos relatos integrados de empresas listadas na B3 no ano de 2021. A análise de conteúdo pode ser definida como uma técnica de pesquisa para fazer inferências de textos válidas e replicáveis para o contexto de seu uso. Como técnica, a análise de conteúdo envolveu procedimentos especializados. Trata-se de uma ferramenta científica que fornece *insights*, aumenta a compreensão do pesquisador sobre fenômenos específicos ou fornece informações sobre ações práticas. Entretanto, seus resultados devem ser confiáveis, replicáveis e válidos. Deste modo, a análise de conteúdo pode ser tanto uma abordagem quantitativa quanto qualitativa (KRIPPENDORFF, 2018).

Pode-se afirmar finalmente que embora o presente trabalho é uma pesquisa que por um lado apresenta a abordagem do método qualitativo, mas que por outro, vale-se de técnicas pertencentes ao espectro metodológico quantitativo.

3.2 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

A unidade de análise são os RIs de empresas listadas na B3, indexados de acordo com os padrões GRI. Foram analisados apenas relatórios que atendessem minimamente aos elementos previstos nas recomendações do IIRC. A análise da evidenciação das empresas é confrontada com um tipo “idealizado” em padrões GRI e nas normas de relato integrado.

3.3 COLETA DE DADOS

Práticas de evidenciação podem se institucionalizar de modo simbólico e ou material (FRIEDLAND; ALFORD, 1991). Para Reay e Jones (2016), as lógicas por trás de instituições como o relato integrado revelam-se por meio da linguagem e das práticas manifestadas por símbolos e materialidade. Assim sendo, a descrição da institucionalização da evidenciação social em relatos integrados pode ser gerada a partir de dados submetidos a métodos qualitativos.

Berto e Nakano (2000) lembram que o uso de estratégias artificiais para reconstruir a realidade se dão por meio da dedução. A dedução da lógica da

evidenciação de informações sociais consiste, portanto, em reunir um volume de dados, converter o texto em ocorrências contáveis e, utilizar métodos analíticos para revelar determinados padrões (REAY; JONES, 2016).

Deste modo, foram baixados da internet os relatos integrados (RI) de empresas listadas na B3 para o ano de 2021, dado que esse ano foi o que apresentou a maior saturação de dados, superando inclusive o ano de 2022 em número de publicações na época da coleta. O primeiro critério foi separar relatórios que utilizassem tal nomenclatura (RI), haja vista que é fácil encontrar em um mesmo sítio o relatório ESG, o relatório da administração e o relato integrado. A amostra inicial resultou em 60 RIs. Posteriormente, buscaram-se relatos integrados que utilizassem explicitamente uma indexação fundamentada na base de preparação a partir dos padrões GRI. Esse passo reduziu a amostra para 43 relatos. Deste modo, chegou-se a uma base de dados para a captura descritiva da lógica de evidenciação social em RIs, por meio da dedução de padrão, perfazendo 657 divulgações de informações atreladas de modo singular a um dos GRI da classe 400. Assim sendo, a coleta de dados nesta pesquisa foi agregada por meio de três tipos de metadados, ou seja, (1) o padrão GRI evidenciado, (2) o setor da empresa e (3) o nome da empresa para cada um dos 657 trechos copiados.

3.4 ANÁLISE DE DADOS

Os dados obtidos dos relatos integrados foram processados por meio de uma ferramenta de análise quantitativa, dado que existem diferentes temas presentes nos padrões GRI e um grande *corpus* de dados qualitativos. Assim sendo, a análise seguiu três etapas: classificação dos dados, processamento e representação das informações geradas e, por fim, rotulagem de constructos de evidenciação. Cada uma dessas etapas se valeu de técnicas específicas.

Contudo, é importante ressaltar que a análise estatística de dados qualitativos pode ser empregada na identificação dos padrões predominantes em um *corpus* textual extenso. Nesse sentido, utilizou-se o *software* livre IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*) para efetuar essas análises. Esse *software* efetua a lematização das palavras, ou seja, reduz as

diversas palavras flexionadas a seus lemas (palavras básicas não conjugadas nem flexionadas).

A análise de conteúdo sobre os textos dos relatos integrados com base na técnica de codificação baseou-se na explicação dada por Flick (2009) que segue três etapas: aberta, axial e seletiva. A codificação aberta é efetuada por meio da leitura do texto, de modo a buscar conceitos pelos quais os dados possam ser classificados. Essa busca foi ativa na amostra de 43 relatos. Em seguida, o refinamento da codificação axial valeu-se dos metadados, sendo que o GRI já era declarado pela própria empresa que reportava os dados. Por fim, a codificação seletiva concatenou os demais metadados (empresa e setor) aumentando a abstração (FLICK, 2009). Portanto, a codificação de dados desta pesquisa seguiu um roteiro abreviado. Em outros tipos de pesquisa qualitativas os temas poderiam ser rotulados intuitivamente, mas para evitar a subjetividade, a codificação foi baseada nas três variáveis de interesse colocadas como metadados nos textos, identificando assim as palavras associadas a cada tema e possibilitando observar as relações entre os temas.

Uma primeira informação gerada pelo referido *software* é a das estatísticas textuais. É possível saber então quantos textos foram analisados, quantos segmentos de textos foram gerados, palavras, hápax e o aproveitamento dos segmentos de texto. Ainda sobre estatísticas, o *software* gera o diagrama de Zipf, que apresenta no eixo das ordenadas (y) a posição das frequências das formas por ordem decrescente e no eixo das abscissas (x) a posição da quantidade das formas, em escalas logarítmicas (ALVARADO, 1989).

Por sua vez, a nuvem de palavras é outro resultado gerado pelo *software* e faz o agrupamento e organização das palavras mais recorrentes, possibilitando clara identificação das palavras-chaves mais relevantes do corpus e sua análise lexical de forma mais simples. A utilização do IRAMUTEQ é vista como apropriada, primeiro por se tratar de um *software open source*, gratuito, por apresentar uma interface facilmente compreensível e simples. Em segundo lugar, o *software* apresenta poder estatístico o que permitiu ao pesquisador utilizar diferentes recursos de análise e dispor de um maior rigor científico (CAMARGO; JUSTO, 2013).

Em seguida, realizou-se uma classificação não supervisionada, ou seja, sem supervisão ou temas pré-definidos, mas uma lógica inversa derivada da mineração de dados. Para tanto, foi utilizada uma classificação hierárquica descendente (CHD) por segmentos de texto, método proposto por Reinert (1983, 1986). A CHD agrupa as

palavras, ou formas textuais de acordo com suas independências, medidas pelo teste de χ^2 (qui-quadrado), que pode ser apresentada em um gráfico, dando uma visão geral da estrutura do texto. Inicialmente todas as palavras são incluídas em uma só classe, então, é aplicado o teste de χ^2 para particionar a classe em duas classes mais semelhantes possíveis. O procedimento é repetido até que um conjunto mais estável seja criado. As classes finais possuem χ^2 superior a 3 e significância maior que 0,05. Deste modo, a CHD permite agrupar de maneira semelhante as palavras usadas de maneira próxima e separar as distantes no discurso, permitindo medir a distância entre as palavras e as categorias obtidas. Para que essa medição seja viável é necessária a utilização de outra ferramenta apresentada na segunda etapa (VASCONCELOS, 2023).

A análise fatorial de correspondência (AFC) foi empregada para representar graficamente os temas encontrados por meio da CHD. A AFC é um método descritivo de análise que representa graficamente uma tabela de contingências. A relação de correlação é medida pelo teste de independência do χ^2 . A técnica objetiva reunir em um número reduzido de dimensões a maioria das informações iniciais, levando em consideração as correspondências entre as variáveis em vez de seus valores absolutos. A análise da representação gráfica da AFC pode ser feita pela interpretação das posições dos dados nos diversos eixos do gráfico, permitindo nomear os eixos de modo a compreender os resultados da AFC, conforme descrito na terceira etapa (MAIRE; LIARTE, 2019).

Já, uma análise de similitude, que se fundamenta na teoria dos grafos, foi executada pelo *software* para a detecção da coocorrência entre de palavras. O resultado é útil para gerar *insights* sobre a conectividade entre as palavras, facilitando assim identificação da estrutura do conteúdo em um *corpus* textual (CAMARGO; JUSTO, 2018). No sentido de otimizar a compreensão e a representação visual dos dados, optou-se por estabelecer um ponto de corte na análise de semelhança para considerar apenas as palavras mais relevantes, ou seja, com frequência igual ou superior a 130 aparições.

4. RESULTADOS

Na amostra de 43 empresas destacam-se as divulgações sobre os padrões GRI 403 (saúde e segurança no trabalho), GRI 404 (capacitação e educação) e GRI 401 (emprego), que respondem em conjunto por 59% das evidências coletadas. Por outro lado, os padrões GRI 415 (políticas públicas) e GRI 411 (direitos de povos indígenas) foram os menos evidenciados, conforme pode-se observar no Quadro 2:

Quadro 2 – Evidenciações GRI versus setores

Setor	Empresas	Evidenciações	GRI																		
			401	402	403	404	405	406	407	408	409	410	411	412	413	414	415	416	417	418	419
AÇO	1	9			7	1															1
AGRÍCOLA	1	14	1		8	2				1	1			1							
AGRONEGÓCIO	1	12			10													2			
ALIMENTOS	1	22	1		7	3	2				1			3	2	2		1			
AVIAÇÃO	1	14			7	2		1						1	1			1		1	
BENS DE CAPITAL	1	7			2	3								1	1						
CELULOSE	2	15	2		7	1		1						2				2			
CONSTRUÇÃO	2	33			18	5	2			1	1			2	2			2			
EDUCAÇÃO	1	18	1		10	3	1							1						1	1
ENERGIA	7	119	8		42	14	7	4	2	5	5	2	2	4	11	6				5	2
FARMACÊUTICA	1	35	3		9	3	2	1	1	1	1	1		3	2	2		2	3	1	
FINANCEIRO	6	94	15	2	21	19	7	1	1	4	1	1		5	3	5	1	1	2	3	2
LOGÍSTICA	4	62	7		30	6	2	2		2	2			1	4	3	1	2			
MINERAÇÃO	3	49	3	1	19	4	3	1	3	1	2		2	4	4	2					
PETROQUÍMICA	1	5	1			2								2							
SAÚDE	2	25	2		10	3		1		1	1			3				2	2		
TECNOLOGIA	1	18	3		7	3	2							1	1					1	
TELECOMUNICAÇÕES	1	11			7	1	2	1													
VAREJO	6	95	7		28	11	5	4	1	5	5	2		8	4	8	1	1	2	3	
TOTAL	43	657	54	3	249	86	35	17	8	21	20	6	4	31	41	33	3	16	9	15	6

Fonte: dados da pesquisa (2023).

Quatro setores respondem em conjunto por mais de 53% das evidências GRI 400 das 43 empresas analisadas na seguinte ordem: energia, varejo, financeiro e logística.

Conforme as informações apresentadas no Quadro 2, depreende-se ainda que o setor com maior média de evidências é o farmacêutico (35 evidências), seguido pelo setor de alimentos (22 evidências) e educação e tecnologia (18 evidências cada).

4.1 ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS

O processamento do *corpus* textual no *software* utilizado para a análise textual gerou os resultados numéricos constantes na Tabela 1.

Tabela 1 – Estatísticas da análise textual

Número de textos	351
Número de segmentos de texto (ST)	3.825
Número total de palavras	134.675
Número de palavras (lemas)	5.973
Número médio de palavras por texto	383,69
Número de hápax	1.886
Número de <i>clusters</i>	3
Percentual de ST aproveitados (3.714 em 3.825)	97,10%

Fonte: dados da pesquisa (2023).

De acordo com a Tabela 1, foram analisados 351 textos, correspondentes às evidenciações dos padrões GRI 400 nos Relatos Integrados de 43 empresas os quais foram copiados de arquivos pdf, tratados, codificados e incorporados ao *software* Iramuteq.

Na coletânea foram identificados 3.825 segmentos de texto (ST), que são as unidades de análise textual utilizadas pelo Iramuteq. Cada segmento de texto possui, na maioria das vezes, o tamanho aproximado de três linhas, dimensionadas pela ferramenta em função da extensão do *corpus*. Há a possibilidade de o pesquisador construir os seguimentos de textos, porém, neste estudo, optou-se pela demarcação padrão do *software*, sem qualquer configuração externa (CAMARGO; JUSTO, 2018).

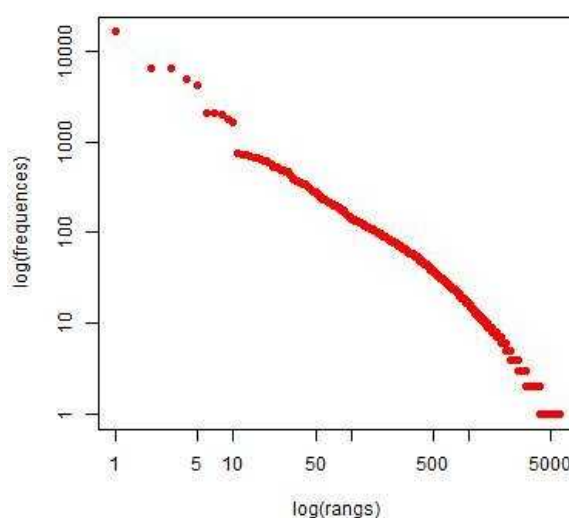
O Iramuteq identificou, ainda, 134.675 ocorrências, que correspondem ao número total de palavras contidas nos textos e 5.973 formas ativas, que são substantivos, sujeitos, verbos, etc. Na configuração do *software* optou-se por não se incluir formas suplementares, que são os artigos, preposições, advérbios, etc. Além disso, foram detectados 1.886 hápax, ou seja, palavras que aparecem apenas uma vez em todo o *corpus*. Três *clusters* de palavras foram formados, ou seja, classes de palavras formadas por aglomerações. Por fim, 97,10% de segmentos de texto foram aproveitados na análise (CAMARGO; JUSTO, 2018). Esse alto percentual de aproveitamento se deve à exclusão de formas gramaticais suplementares.

Ainda no que se refere à análise das estatísticas textuais, o *software* possibilita a visualização do diagrama de Zipf, que apresenta no eixo das ordenadas (y) a posição das frequências das formas por ordem decrescente e no eixo das

abscissas (x) a posição da quantidade das formas, em escalas logarítmicas. A Lei de Zipf descreve a frequência com que certas palavras aparecem em determinado texto (ALVARADO, 1989), motivo pelo qual essa representação gráfica é adequada para demonstrar a relação entre a frequência e a quantidade de palavras.

A Figura 1 apresenta o diagrama de Zipf, com a demonstração da frequência em relação a quantidade de formas.

Figura 1. Diagrama de Zipf do *corpus*



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A representação gráfica do *corpus* demonstra que um número pequeno de palavras apresenta alta frequência (eixo y) e, de forma inversa, muitas palavras têm baixa frequência (eixo x). Assim, próximo ao eixo x se encontram as palavras hápax, ou seja, termos não comuns ao objeto estudado ou que não se repetem no *corpus*. Por meio da Lei de Zipf é possível estimar a frequência de ocorrência das palavras em um texto, de modo que, da análise do diagrama, pode-se afirmar que uma forma se destaca das demais pela sua recorrência. Na amostra levantada, o termo mais frequente é “colaborador”, que aparece 709 vezes, seguido de outros cujas frequências diminuem gradativamente, a saber: “segurança” (657 vezes), “fornecedor” (599 vezes), “programa” (579 vezes), “risco” (532 vezes) e “trabalho” (493 vezes).

Considerando que a análise foi baseada em evidenciações de natureza social,

é natural a recorrência das palavras “colaborador”, “segurança”, “risco”, “trabalho” e “saúde” tendo em vista a prevalência das divulgações do padrão GRI 403 que trata da saúde e segurança do trabalhador. Esse padrão (GRI 403) engloba aspectos sobre avaliação de riscos, incidentes, segurança; saúde; prevenção; acidentes de trabalho e doenças profissionais.

Por outro lado a alta frequência do termo “fornecedor” conecta-se igualmente à evidenciação recorrente por meio do padrão GRI 401 que trata das relações de emprego e que aborda temas como novas contratações, rotatividade, benefícios, licença, trabalhadores, fornecedores, total de empregados, auxílios e previdência.

Termos ligados ao padrão GRI 404 que trata da capacitação e educação apresentam-se com frequências elevadas. Por exemplo, “desenvolvimento” (333 ocorrências) e “treinamento” (288 ocorrências).

4.2 NUVEM DE PALAVRAS

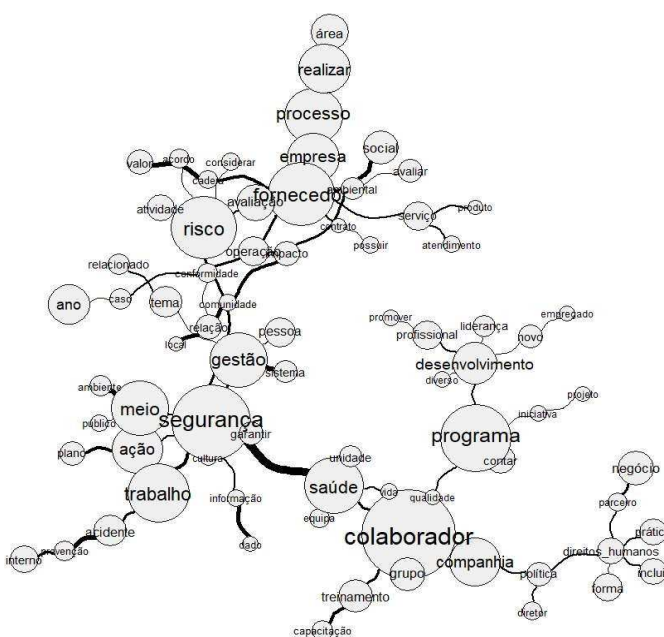
A nuvem de palavras faz o agrupamento e organização das palavras mais recorrentes e possibilita uma clara identificação das palavras-chaves mais relevantes do *corpus* e sua análise lexical de forma mais simples (HOFFMANN; ALVAREZ; MARTÍ-LAHERA, 2020).

A Figura 2 mostra as palavras mais representativas ou centrais do campo estudado, destacando-as das demais com base na frequência com que aparecem no *corpus*. A organização espacial demonstra que no centro da figura está localizada a palavra mais frequente e, à medida que o tamanho da fonte da letra diminui e que a palavra se afasta do centro, proporcionalmente diminui sua frequência nos textos, sinalizando o pesquisador acerca dos temas que merecem maior atenção.

compor a análise. Foram excluídos os termos com frequência abaixo de 130 ocorrências para melhorar a visibilidade e interpretação do gráfico (CAMARGO; JUSTO, 2018).

A Figura 3 apresenta uma representação gráfica que conecta as palavras mais frequentes do *corpus*.

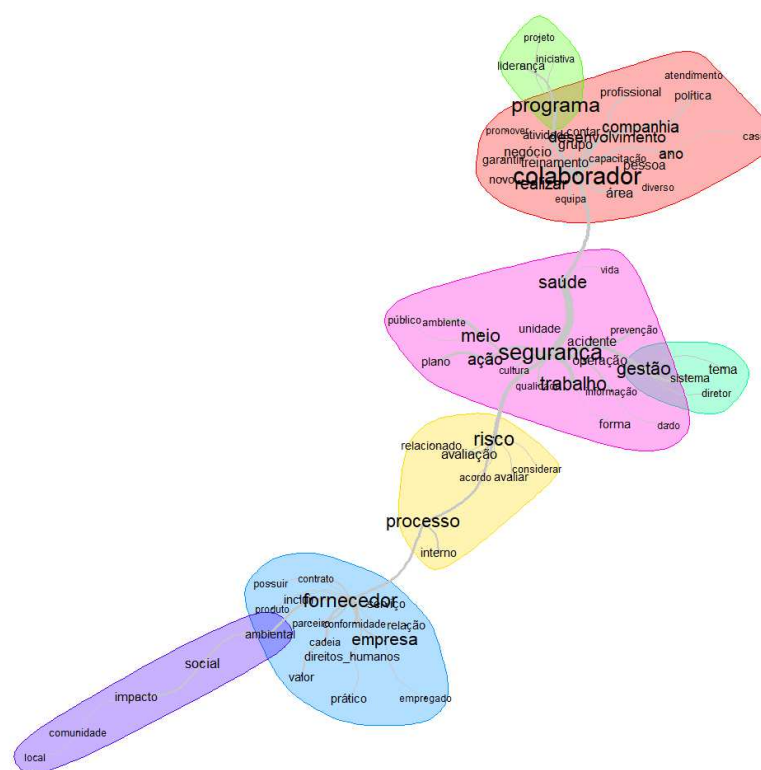
Figura 3. Árvore de similitude do *corpus*, sem configuração



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Outra forma de visualizar a conexão entre as palavras mais frequentes é por meio de uma representação gráfica colorida, com configuração, que garante melhor visibilidade e identificação das conexões entre os termos. Para gerar o resultado constante da Figura 4, foram selecionadas as opções “Comunidades” e “halo”, o que permitiu que palavras associadas ficassem agrupadas, envoltas por nuvens coloridas.

Figura 4. Árvore de similitude do *corpus*, com configuração



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

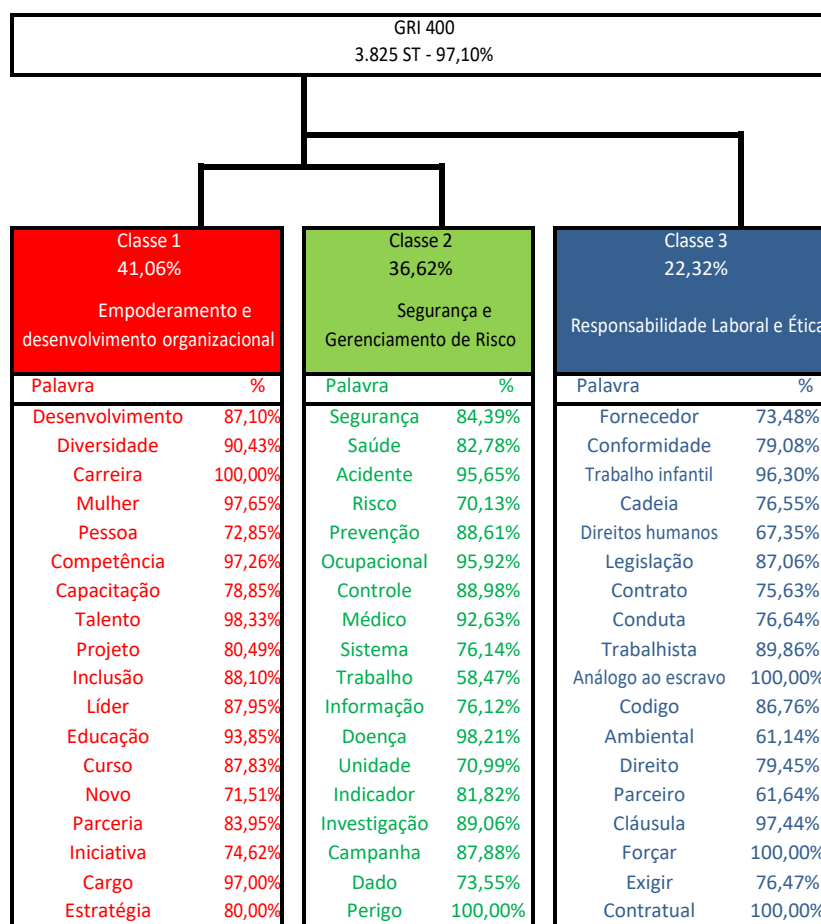
As Figuras 3 e 4 mostram o mesmo resultado, porém, com configurações e formatos distintos. Enquanto a Figura 3 mostra o termo “segurança” como o ponto central que conecta todos os demais, inclusive as ramificações provenientes de termos secundários como “colaborador”, “processo”, “fornecedor”, a Figura 4 secciona os termos do *corpus* de modo que a configuração possibilitada pelo *software* facilite a identificação das palavras centrais “segurança” e “fornecedor”, a primeira originando quatro grupos com suas ramificações e a segunda, uma ramificação.

É importante observar na Figura 4 que a análise de similitude formou grupos de palavras, divididos em subgrupos, sendo que cada deles possui uma palavra-chave de maior relevância, acompanhada das conexas. A fragmentação da análise em grupos de tamanhos diversos demonstra a diversidade e abrangência das temáticas, quando se trata das práticas sociais e trabalhistas das empresas, além de demonstrar as conexões existentes entre os temas, a exemplo de: “colaborador, companhia e programa”; “segurança, trabalho e gestão”; “risco e processo”; “fornecedor e direitos humanos”.

4.4 CLASSIFICAÇÃO HIERÁRQUICA DESCENDENTE (CHD)

No presente estudo, foram analisados 3.825 segmentos de texto (ST), retendo-se 97,10% do total (3.714 segmentos de texto aproveitados), os quais geraram três classes ou categorias de palavras, demonstradas na Figura 5.

Figura 5 – Dendograma da CHD



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

No dendograma, que segmenta os dados textuais em categorias de palavras, é possível verificar que a classe um, denominada “Empoderamento e Desenvolvimento Organizacional”, foi responsável por 41,06% dos segmentos de texto e as principais palavras dessa classe são: desenvolvimento, diversidade, carreira, mulher e pessoa. A classe dois, intitulada “Segurança e Gerenciamento do Risco”, foi responsável por 36,62% dos segmentos de texto em análise e suas palavras principais dessa classe são: segurança, saúde, acidente, risco e prevenção. A

dasse três, chamada de “Responsabilidade Laboral e Ética”, foi responsável por 22,32% dos segmentos de texto em análise e suas palavras principais são: fornecedor, conformidade, trabalho infantil, cadeia, direitos humanos e legislação.

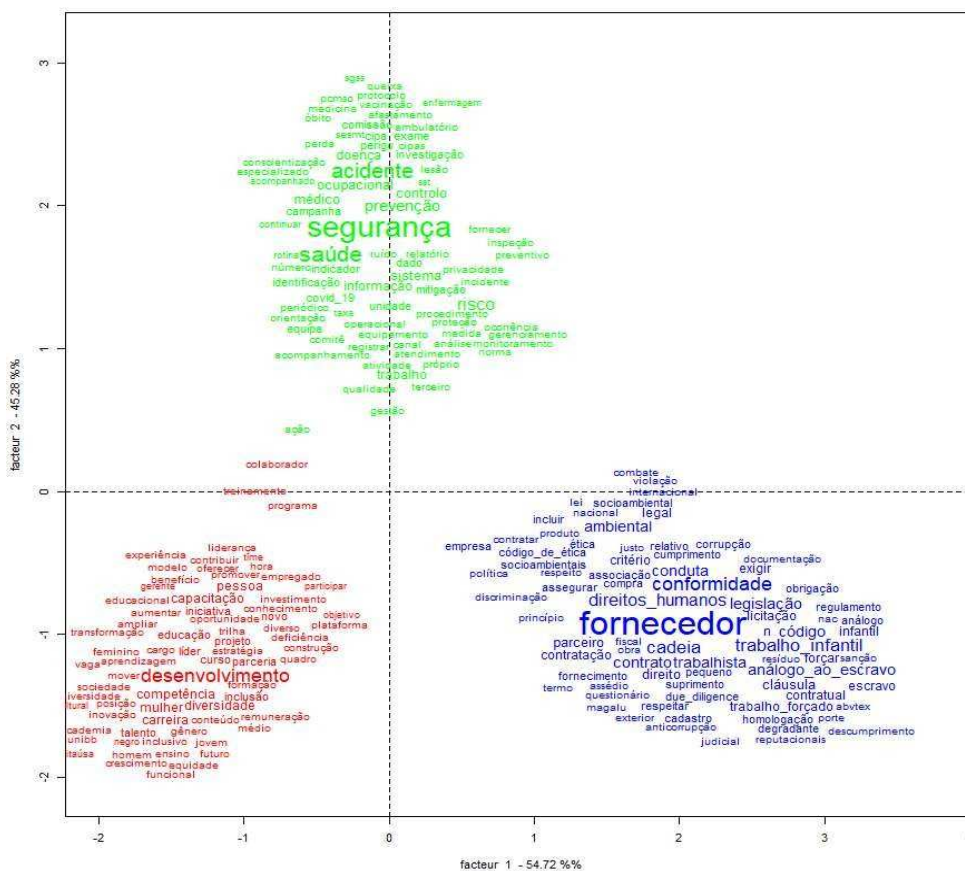
Os termos constantes da classe um de palavras, , na cor vermelha, foram rotulados sob o título de “Empoderamento e Desenvolvimento Organizacional” em virtude de os segmentos de textos tratarem, em primeiro lugar, de aspectos relacionados educação e capacitação (GRI 404) por meio do emprego de palavras como, desenvolvimento, curso, educação. Em segundo lugar, aspectos relacionados ao emprego (GRI 401), tais como, cargo, competência, carreira, estratégia. Por fim, aspectos ligados às comunidades locais (GRI 413), por meio de palavras como diversidade, mulher, pessoa, líder e inclusão.

Quanto à classe dois, na cor verde, foi denominada “Segurança e Gerenciamento do Risco” por agrupar segmentos de textos que tratam predominantemente dos aspectos sobre a saúde e segurança no trabalho (GRI 403) utilizando palavras como segurança, saúde, acidente, risco, prevenção, médico, perigo, doença.

Na sequência, a classe três, em azul, recebeu o nome de “Responsabilidade Laboral e Ética” por elencar primeiramente aspectos da Avaliação social de fornecedores por meio de termos como fornecedor, conformidade, cadeia e parceiro. Em segundo lugar aspectos relativos ao trabalho forçado ou análogo ao escravo (GRI 409) foram evidenciados por meio de palavras como análogo ao escravo, direitos humanos, forçar. Por último, aspectos sobre o trabalho infantil (GRI 408) são destacados com palavras como trabalho infantil.

4.5 ANÁLISE FATORIAL DE CORRESPONDÊNCIA (AFC)

O último resultado extraído do Iramuteq, diz respeito à Análise Fatorial de Correspondência (AFC), que faz a análise da produção textual em função das variáveis de caracterização. Essa análise permite visualizar a distribuição dos elementos textuais em campos léxico-semânticos (classes/categorias), conforme demonstrado na representação gráfica da Figura 6.

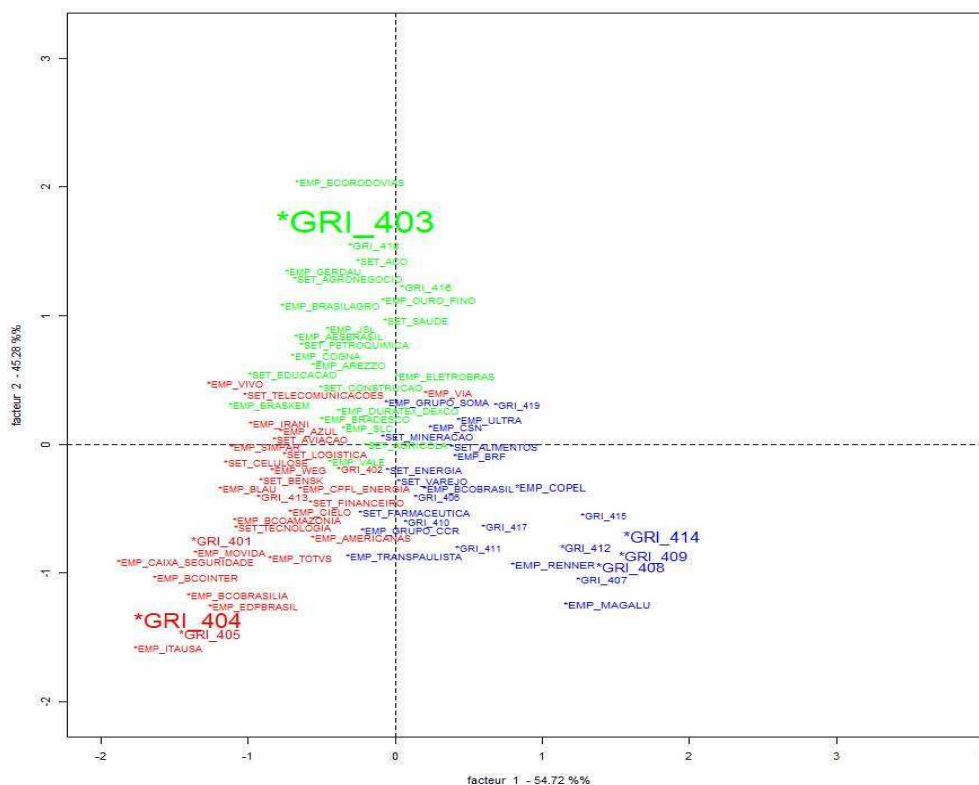
Figura 6 – Análise Fatorial de Correspondência do *corpus* textual

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

O resultado da análise fatorial de correspondência, representada na Figura 6, demonstra que o *corpus* gerou três classes de palavras, sendo que nenhuma das classes estão entremeadas. A classe três, “Responsabilidade Laboral e Ética”, está um pouco mais afastada das classes um e dois.

O estreitamento relacional entre as classes um e dois demonstra que os temas “Empoderamento e Desenvolvimento Organizacional” e “Segurança e Gerenciamento do Risco” englobam o emprego léxico de princípios e valores mais próximos levando em conta o cuidado com pessoas que de alguma forma se relacionam com as empresas relatadas.

A análise fatorial de correspondência também foi aplicada para avaliar a distância do emprego lexical entre as empresas e os padrões GRI 400.

Figura 7 – Análise Fatorial de Correspondência do *corpus* textual por variáveis

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Diferentemente da AFC lexical, a análise das empresas não é capaz de isolar o relato das empresas. Isso demonstra que há uma tendência isomórfica lexical na construção da evidência de aspectos sociais dos relatos integrados analisados.

Por outro lado, as palavras se distanciam claramente quando a lente de observação é o padrão específico GRI da classe 400. Os padrões que mais claramente se distanciam entre si são o GRI 403 (saúde e segurança no trabalho), 404 (Capacitação e educação) e GRI 414 (avaliação social de fornecedores) de maneira consistente com a CHD de palavras.

5 CONCLUSÕES

A análise empreendida neste trabalho deixou claro que a evidenciação de informações não financeiras de natureza social vem sendo realizada nos relatos integrados das empresas da amostra. Contudo, observa-se que existe no Brasil uma série de obrigações legais e normativas em relação à saúde e segurança do trabalho (SST). Esse fator é determinante para a dominância da evidenciação SST relacionada ao padrão GRI 403 nos RIs, ou seja, considerada a sua necessidade de conformidade legal. Em outras palavras, as empresas da amostra realizam evidenciações voluntárias aproveitando em grande parte informações cuja produção é compulsória.

Assim, embora não tenha sido abordado no trabalho, as empresas brasileiras estão sujeitas ao alcance de normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego como por exemplo a NR 4 (Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT), NR 5 (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA), NR 7 (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO), NR 9 (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA), NR 15 (Atividades e Operações Insalubres), NR 16 (Atividades e Operações Perigosas), NR 17 (Ergonomia), NR 18 (Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção), bem como, outras normas específicas de treinamento e capacitação além da legislação previdenciária e trabalhista sobre acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.

O segundo conjunto de evidenciações é o que engloba principalmente os aspectos da capacitação e educação. Esse *cluster* de lemas foi rotulado de “empoderamento e desenvolvimento organizacional” está mais próximo ao agrupamento anterior de saúde e gerenciamento de riscos do que do terceiro, “responsabilidade legal e ética”. Os termos mais recorrentes foram desenvolvimento e treinamento. Até certo ponto, esse agrupamento também é passível da influência da legislação, particularmente, da lei de cotas para pessoas com deficiência dado que essa lei se aplica a empresas com 100 ou mais empregados e, em geral as empresas da B3 são empresas de grande porte. No entanto, existem outros lemas que remetem à ideia de desenvolvimento profissional e valorização das pessoas, o que se caracterizaria como ações voluntárias e não compulsórias.

O terceiro *cluster*, denominado “responsabilidade laboral e ética”, está mais distante em seus conteúdos dos dois primeiros e tem menos influência de obrigações

legais. Seus lemas relacionam as empresas a sua cadeia de valor e a necessidade de vigilância sobre a relação dos fornecedores com seus colaboradores e demais *stakeholders*.

Os resultados e constructos levantados são coerentes com a teoria da legitimidade. Em primeiro lugar, as empresas aproveitam as suas informações sobre obrigações trabalhistas para demonstrar que agem de maneira apropriada. Essa estratégia revela-se na materialidade da evidenciação do padrão GRI 403. Em segundo lugar, a intensidade do uso de termos como “desenvolvimento” e “treinamento” se conecta com o termo “colaborador”, o mais prevalente da pesquisa sinalizando a valorização destes perante o leitor dos RI. Em terceiro lugar, o termo “fornecedor”, que também é um dos mais prevalentes nas evidenciações da amostra, relaciona-se com a preocupação da empresa com as suas partes interessadas por meio da vigilância sobre o comportamento ético daqueles. Essa atitude pode ser interpretada como uma estratégia de manutenção da legitimidade organizacional e de prevenção contra ameaças a sua reputação.

A impossibilidade de associar padrões de evidenciação GRI da classe 400 à setores específicos ficou claro na AFC. Entende-se que o caráter compulsório das informações geradas nesse tema e a materialidade da divulgação sejam aspectos decisivos para um grau de isomorfismo temático nos Ris analisados.

Sugere-se que novas pesquisas similares a esta sejam realizadas com uma amostra maior de relatos integrados. Também, é possível retirar da análise evidenciações de padrões GRI cuja geração de informação é compulsória. Essa medida permitiria avaliar de fato a extensão da evidenciação de informações geradas de modo voluntário pelas organizações analisadas.

REFERÊNCIAS

- A4S, Accounting for Sustainability. **About us**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.accountingforsustainability.org/en/about-us.html>. Acesso em: 2 nov. 2021.
- ACCA, Association of Chartered Certified Accountants; NBA, Netherlands Institute of Chartered Accountants. **Capitals Background paper for <IR>**. [S. l.: s. n.], 2013. ISSN 2052-1723. *E-book*.
- ADAMS, Carol A. The international integrated reporting council: A call to action. **Critical Perspectives on Accounting**, [s. l.], v. 27, p. 23–28, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2014.07.001>
- ALMEIDA, Karla Katiúscia Nóbrega de; CALLADO, Leonardo Cunha. **Indicadores de desempenho ambiental e social de empresas do setor de energia elétrica brasileiro: uma análise realizada a partir da ótica da teoria institucional**. Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade, v. 7, n. 1, p. 222-239, 2017.
- ALVARADO, R. U. A Bibliometria no Brasil. *Ciência da Informação*, [S.l.], v. 13, n. 2, dez. 1984. Disponível em: Vista do A Bibliometria no Brasil (ibict.br). Acesso em: 15 nov. 2023.
- ARNABOLDI, Michela; LAPSLEY, Irvine; STECCOLINI, Ileana. Performance Management in the Public Sector: The Ultimate Challenge. **Financial Accountability and Management**, [s. l.], v. 31, n. 1, p. 1–22, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/faam.12049>
- CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. **Tutorial para uso do Software IRaMuTeQ**. Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição - UFSC, 2021.
- CAMARGO, Brígido V.; JUSTO, Ana M. IRAMUTEQ: Um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 513–518, 2013. DOI: 10.9788/tp2013.2-16.
- CAVALCANTI, Esdras de Lima. **Análise da adoção de materialidade dupla do GRI pelas empresas do índice de sustentabilidade empresarial**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Ciências Contábeis. UFPE, Recife.
- CIRINO, Joyce Souza; CIRINO, Juliana Souza. **Análise do nível de adesão da global reporting initiative (gri)**. 2021. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Strong Business School. Santo André.
- DONALDSON, T.; SOURCE. The Stakeholder Theory of the Corporation: Concepts, Evidence, and Implications. **The Academy of Management Review**, vol. 20, n. 1. p. 65-91. jan. 1995.
- FARNETI, Federica; GUTHRIE, James. Sustainability reporting by Australian public sector organisations: Why they report. **Accounting Forum**, [s. l.], v. 33, n. 2, p. 89–98, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.accfor.2009.04.002>.

- FERNANDES, Ruhama Bezerra. **Fatores associados à divulgação voluntária do relato integrado**. 2020. 44 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FLICK, Uwe. Flick. **Introducao à Metodologia da Pesquisa**. Porto Alegre: Artmed, 2013.
- FOUNDATION, The ValueReporting. **A Estrutura Internacional de Relato Integrado**[S. l.: s. n.], 2013.
- FOUNDATION, The ValueReporting. **When? Advocate for global adoption**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.integratedreporting.org/when-advocate-for-global-adoption/>. Acesso em: 21 out. 2021.
- FRIEDLAND, Roger; ALFORD, Robert R. Bringing Society Back In: Symbols, Practices and Institutional Contradictions In **The New Institutionalism in Organizational Analysis**. In: POWELL, Walter W.; DIMAGGIO, Paul J. (org.). In *The New Institutionalism in Organizational Analysis*. Chicago: University of Chicago Press, 1991. p. 232–263. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/238198697_Bringing_Society_Back_In_Symbols_Practices_and_Institutional_Contradictions. Acesso em: 15 nov. 2022.
- GALLEGO-ALVAREZ, Isabel; LOZANO, María Belén; RODRIGUEZ-ROSA, Miguel. **Analysis of social sustainability information in a global context according to the new global reporting initiative 400 social standards**. *Sustainability*, v. 11, n. 24, p. 7073, 2019.
- GRI, Standards. **Gri 101: fundamentos 2016 101GSSB Global Sustainability StandardsBoard**, [S. l.: s. n.], 2016. Seção 1, p. 30.
- GUTHRIE, James; MARTIN-SARDESAI, Ann. Contemporary Challenges in Public Sector Reporting. In: MANES-ROSSI, Francesca; ORELLI, Rebecca Levy (org.). **New Trends in Public Sector Reporting**. Cham, Switzerland: PalgraveMacmillan, 2020. p. 1–14.
- GUTHRIE, James; PARKER, Lee D. Corporate Social Reporting: A Rebuttal of Legitimacy Theory. **Accounting and Business Research**, [s. l.], v. 19, n. 76, p. 343–352, 1989. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00014788.1989.9728863>
- HANASHIRO, D. M. M.; TEIXEIRA, M. L. M.; ZACCARELLI, L. M. **Gestão do fator humano: uma visão baseada nos stakeholders**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- HYBELS, Ralph C. On legitimacy, legitimation, and organizations. **Academy of Management Best Papers Proceedings**, [s. l.], v. August, p. 241–246, 1995.
- ISO INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **Diretrizes Sobre Responsabilidade Social ABNT**, [S. l.: s. n.], 2010. p. 106.
- KASSAI, José Roberto; CARVALHO, L Nelson. Relato Integrado: a próxima revolução contábil. In: 2013, São Paulo. **XV Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Sustentabilidade**. São Paulo: [s. n.], 2013. p. 1–16. Disponível em: <https://www.engema.org.br/15/anais-xv-engema/>

KRIPPENDORFF, Klaus. **Content Analysis – An Introduction to Its Methodology**. 2nd. ed. Thousand Oaks: SAGE, 2004.

KUSSABA, Cristiane Tiemi. **Análise dos elementos de conteúdo do relato integrado: Itaú Unibanco e Natura-2013 e 2014**. 2015. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade). Universidade de São Paulo.

LEAL, Lucas Cappelli Mendes. **Relato integrado: a comparabilidade dos elementos de conteúdo entre as instituições financeiras, na ótica do CPC00**. 2019. XX f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis). UNIFESP, Osasco, SP.

LIU, Zihan; JUBB, Christine; ABHAYAWANSA, Subhash. Analysing and evaluating integrated reporting: Insights from applying a normative benchmark. **Journal of Intellectual Capital**, v. 20, n. 2, p. 235-263, 2018.

MAIRE, Sarah; LIARTE, Sébastien. Classifier, représenter et labelliser : Cadre et outils méthodologiques associés pour une émergence automatique de thématiques sur données textuelles. **Finance Contrôle Stratégie**, [S. l.], n. NS-6, 2019. DOI: 10.4000/fcs.3423. Disponível em: <http://journals.openedition.org/fcs/3423>. Acesso em: 15 nov. 2023.

MIRANDA, Gelciene Barbosa de. **Do relatório de gestão ao relato integrado: o caso do Ministério da Fazenda**. 2020.51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis). UFTO, Palmas, TO.

MITCHELL, R. K.; AGLE, B. R.; WOOD, D. J. Toward a theory of stakeholder identification and salience: defining the principle of Who and what really counts. **Academy of Management Review**, v. 22, n. 4, p. 853-886, 1997.

MORAIS, Greiciele Macedo; MARTINS, Henrique Cordeiro; DOS SANTOS, Valdeci Ferreira. Relatórios de sustentabilidade de empresas mineradoras no Brasil: Uma análise do seu alinhamento com a agenda de sustentabilidade global e especificidades locais. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 6, 2020.

NURHIDAYAH, Fitriyah; MEUTIA, Rudi Z.; UZLIAWATI, Lia. Comparative Analysis of Sustainability Report Based on Social Categories GRI Standards. In: **Proceedings of the International Conference on Sustainability in Technological, Environmental, Law, Management, Social and Economic Matters**, ICOSTELM 2022, 4-5 November 2022, Bandar Lampung, Indonesia. 2023.

PARANHOS, Ranulfo; FIGUEIREDO FILHO, Dalson B., DA ROCHA, Enivaldo C.; SILVA JÚNIOR, Jose A.; FREITAS, Diego. Uma Introdução aos Métodos Mistos. **Interface**. V. 18, n. 42, 2016.

PATTEN, Dennis M. Intra-industry environmental disclosures in response to the Alaskan oil spill: A note on legitimacy theory. **Accounting, Organizations and Society**, [s. l.], v. 17, n. 5, p. 471–475, 1992. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(92\)90042-Q](https://doi.org/10.1016/0361-3682(92)90042-Q)

PEIXOTO, Nathalia O.; MARTINS, Vidigal F. Relato integrado e a convergência com relatórios de sustentabilidade: Um estudo em empresas brasileiras. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade**. vol. 3, n.7 pp. 23-26, 2015

PHILLIPS, R.; FREEMAN, R. E.; WICKS, A. C. What stakeholder theory is not. **Business Ethics Quarterly**, vol. 13, n. 4. p. 479-502, 2003.

REAY, Trish; JONES, Candace. Qualitatively capturing institutional logics. **Strategic Organization**, [S. l.], v. 14, n. 4, p. 441–454, 2016. DOI: 10.1177/1476127015589981. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1476127015589981>. Acesso em: 15 nov. 2022.

RABELO HENRIQUE, Marcelo; CIRINO, Joyce; CIRINO, Juliana; SAPORITO, Antonio. Análise do nível de adesão da *Global Reporting Initiative* (GRI): estudo do relatório de sustentabilidade das empresas listadas no índice de sustentabilidade empresarial da b3. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade** (AOS), vol. 12, n. 1, 2023.

REINERT, A. Une Méthode de Classification Descendante Hierarchique: Application a L'Analyse Lexicale par Contexte. **Les cahiers de l'analyse des données**, tome, [S. l.], 1983. Disponível em: http://www.numdam.org/item/?id=CAD_1983__8_2_187_0. Acesso em: 5 abr. 2022.

REINERT, Max. Unlogiciel d'analyse lexicale. **Les Cahiers de l'Analyse des Données**, [S. l.], v. 11, n. 4, p. 471–481, 1986.

ROCHA, Angela da; ÁVILA, Henrique de Azevedo. Teoria institucional e modos de entrada de multinacionais de países emergentes. **Revista de Administração de Empresas**, v. 55, n. 3, p. 246-257, 2014.

RUPLEY, Kathleen Hertz; BROWN, Darrell; MARSHALL, Scott. Evolution of corporate reporting: From stand-alone corporate social responsibility reporting to integrated reporting. **Research in Accounting Regulation**, [s. l.], v. 29, n. 2, p. 172–176, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.racreg.2017.09.010>

SASB, Sustainability Accounting Standards Board. **About us**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.sasb.org/about/>.

SALVIATI, Maria Elisabeth. **Manual do Aplicativo Iramuteq** (versão 0.7 Alpha 2 e R Versão 3.2.3). [S. l.], p. 1–37, 2017. Disponível em: <http://www.iramuteq.org/documentation/html>.

SILVA, Roberta Cristina da; SANTOS, Fernando de Almeida; SANTOS, Neusa Maria Bastos Fernandes Dos. A atuação do Relato Integrado nas empresas brasileiras. Um estudo comparativo sobre a forma de divulgação do RI entre os dois maiores bancos privados nacionais. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade-RMS, São Paulo**, v. 9, n. 2, p. 86-101, 2019.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de direito ambiental**. 16. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

SUCHMAN, Mark C. Managing Legitimacy Strategic and Institutional Approaches **AMR**. [s. l.], v. 20, n. 3, p. 571–610, 1995.

TRENNEPOHL, Terence Dorneles. **Manual de direito ambiental**. 6. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a Pesquisa Qualitativa em Educação – O Positivismo, A Fenomenologia, O Marxismo.** Sao Paulo: Editora Atlas, 1987. DOI: 10.33081/formação.v1i20.2335.

VASCONCELOS, Alexandre Meira De. **Software Iramuteq** (playlist no youtube)., 2023. Disponível em: <https://youtu.be/OFr8JbFiWD4>. Acesso em: 15 nov. 2023.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 2011.

YIN, Robert. **Estudo de Caso - planejamento e métodos.** Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZARO, Elise Soerger. **Análise comparativa de relatos integrados das empresas brasileiras a luz da estrutura conceitual.** 170 f. 2015. - UFSC, Florianópolis, 2015.